



Anais da Assembléia

Nº 92

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE AGOSTO DE 1.980

ANO VI

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1.980
TERÇA-FEIRA**

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Darcy Deitos.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fideleino Tolentino, Francisco Escorsini, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Gilberto Agibert Filho (49), achando-se ausentes os Senhores Deputados: Adalberto Daros, Cyro Martins, Del Ciel, Edilson Alencar, Fiori Luiz, Gernote Kirinus, Nelton Friedrich, Romero Filho e Wilson Fortes (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Do Senhor IRINEU BERESTINAS, Presidente do PMDB de Arapongas, encaminhando moção de protesto e repúdio às ameaças que vêm sendo feitas ao Senhor Deputado Estadual Waldyr Pugliesi. — Ao conhecimento do Sr. Deputado.

Do Senhor ADILSON ARICE, Presidente da Câmara Municipal de Jacareí-SP, encaminhando requerimento aprovado por unanimidade por aquela Casa de Leis, consubstanciado em "Moção de Solidariedade".— Ciente. — Arquite-se.

REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação e aprovação do Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa o discurso do Doutor Renê Ariel Dotti, publicado no jornal "O Estado do Paraná", edição de hoje, proferido no ato público realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em data de ontem, em desagravo ao ilustre advogado Doutor Luiz Fernando Maria Sobrinho, vítima de injúria e desrespeito por parte do Delegado de Polícia Federal de Londrina, Paulo Marcílio Zimmermann, que demonstrou sua truculência e

despreparo para o exercício de tão importante função pública. Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1.980.

(a) LINEU TURRA.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 119/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "CLUBE DE CAÇA E PESCA DO PARANÁ", com sede no Município de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1.980.

(a) DAVID FEDERMANN.

JUSTIFICATIVA:

A presente entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, foi constituída com o propósito de admitir sócios para a prática dos desportos, como pesca e tiro.

O clube, como um dos fundamentos de suas atividades, incentivará além dos desportos de sua especialidade, a cultura moral, cívica, intelectual e física, abstendo-se, terminantemente de manifestações de caráter político e religioso.

Constata-se, pela espécie, que o clube não tem finalidades lucrativas, e revela, antes, que tem por finalidade a cinegética, pesca e tiro esportivo, em todas as suas modalidades não profissionais, dentro da ética e espírito das leis nacionais.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora do instituto da declaração de utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 120/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA", com sede e foro no Município de UNIFLOR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1.980.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente, dando-lhes assistência alimentar, educação, através de divulgação de preceitos de higiene, puericultura, recreação orientada por meio de palestras ou outros meios de divulgação.

A referida associação está efetivamente em funcionamento, devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas, portanto, preenche os requisitos exigidos pela lei reguladora da matéria em foco, razão pela qual, levamos a presente proposição à consideração dos ilustres Pares, esperando a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a lei-

tura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos, primeiro orador inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Segundo dados fornecidos pela organização mundial da saúde, enquanto nos países desenvolvidos pouco a pouco o tabagismo vai sendo eliminado, nos subdesenvolvidos o consumo do cigarro cresce a passos rápidos, do oitavo lugar em número de fumantes em 1976, em 1979 o Brasil passou para o segundo lugar. Isso bem demonstra que o terceiro mundo é agora a última fronteira encontrada pelos grandes grupos multinacionais, visando polpudos lucros.

É em meio a este negro quadro que temos a oportunidade de ver hoje a comunidade paranaense se mobilizando, em combate aos males que o cigarro traz.

No último dia quatro de agosto, foi fundada em Curitiba a Associação Paranaense de Combate ao Fumo. Mesmo sem estar ainda instituída, esta entidade vem desenvolvendo há vários meses uma intensa campanha no sentido de alertar a população a respeito dos males que o cigarro produz.

Atualmente, a associação distribui por todo o Estado, abaixo assinados onde a comunidade reivindica a proibição da propaganda de cigarros para rádio e televisão; a colocação de advertências nas embalagens relacionadas aos maléficis do fumo e solicita que os recursos arrecadados do I.P.I e I.C.M. da venda de cigarros sejam vinculados às verbas de saúde pública e educação.

Esta é uma iniciativa que merece todo nosso aplauso. Aplauso aliás manifestado pela própria presença do Presidente desta Casa, Fabiano Braga Côrtes, numa das comissões dessa campanha.

A comunidade vem tendo participação ativa neste movimento. Tanto que representantes dos mais diversos setores vêm dando todo o apoio à campanha. Entre os participantes da campanha contra o tabagismo estão o MOBRAL, Projeto Rondon, Associação Médica do Paraná, 5ª Região Militar, Sociedade Paranaense de Cardiologia, as oito casas de estudantes, diretórios acadêmicos, arquidiocese de Curitiba, estabelecimentos de 1.º e 2.º graus, grupos de jovens e muitas outras entidades.

Uma das promoções que, sem dúvida, será um dos pontos altos da campanha contra o tabagismo, acontecerá no próximo dia 29, sexta-feira, quando estará ocorrendo, no período compreendido entre às dez e onze horas da manhã, uma greve contra o cigarro. Neste dia, no horário determinado, milhares de paranaenses deixarão de fumar e ficarão livres, pelo menos naquele período, dos diversos males provocados pelo fumo.

Fica aqui o nosso voto de que esta campanha atinja os resultados que pretende, notadamente no que diz respeito a não mais vinculação de publicidade de cigarros, meta na qual está empenhada a própria Organização Mundial da Saúde.

A publicidade representa um flagrante exemplo de dois pesos e duas medidas. Somos levados a crer geralmente que gente importante atingiu sua posição a bordo de uma nuvem mágica de fumaça. Quando a realidade é bem outra...”

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“A presença da Justiça do Trabalho é tão importante nos municípios brasileiros quanto a escola, o posto de saúde, o posto fiscal e a polícia.

Por uma dessas distorções vindas de longe, e até embuti-

das na nossa formação social e política, as relações de trabalho foram sendo “naturais”, segundo os usos e costumes, o que acabava sendo a prática da força nos meios para impor essas relações. Depois, tivemos a delegação expressa aos juizes de direito para que dirimissem o justo e o injusto nas relações profissionais e de trabalho. Este é o fato genérico ainda hoje.

Mesmo que essencialmente correta, no espírito de quem aplica as leis deve também aplicá-las às relações de trabalho, a formação dos juizes de carreira não os habilitava para decidir questões trabalhistas; especialmente se a função trabalhista é acessória, complementar.

Nos dias que correm, mesmo que transitoriamente estejamos em busca da construção democrática ajustada a nossa sociedade, já é um consenso político que devemos estender a justiça trabalhista especializada a todos os recantos do País, a todas as comunidades. Porque a justiça trabalhista é uma justiça que procura o acordo e a harmonia. Talvez seja a razão porque existe este consenso de sua necessidade e sua presença positiva.

Exultamos com as demarches realizadas no âmbito da Justiça do Trabalho junto ao Poder Público, para a ampliação dos serviços das Juntas de Conciliação e Julgamento em nossa região. E especialmente porque estão vitoriosas as perspectivas de criação de mais de 25 Juntas no Paraná e em Santa Catarina. Com essa ampliação, a justiça se faz mais presente e mais ágil, beneficiando a todos, indistintamente, porque é a sociedade mesma que se beneficia no conjunto.

A 9ª Região da Justiça do Trabalho contará com as seguintes novas juntas, assim distribuídas: cinco na Cidade de Curitiba e uma nas Cidades de Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Paranavaí, Pato Branco, Telêmaco Borba e Umuarama; e sete no Estado de Santa Catarina nas Cidades de Araranguá, Criciúma, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra e São Miguel do Oeste, respectivamente.

Partilhamos da satisfação de todos os homens conscientes pela ampliação dos serviços das Juntas de Conciliação e Julgamento: da alegria e esperança dos trabalhadores; da disposição legalista, reconhecimento social ao trabalho e espírito público do empresariado; da reta consciência jurídica dos juizes e advogados que militam neste importante setor.

Queremos dirigir, em especial, nossa homenagem aos juizes do Trabalho e advogados trabalhistas da 9ª Região da Justiça do Trabalho, ressaltando que suas tarefas constituem uma parte decisiva no aperfeiçoamento democrático do País, a partir da proteção que dispensam ao trabalho.”

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, quero fazer uso desta tribuna para deixar público, nesta Casa, que a Delegacia Regional do Trabalho, sendo instada a atuar no setor de fiscalização da relação empregado-empregador, nós fizemos uma denúncia de que, no Oeste do Paraná era uma norma das grandes firmas e sobretudo dos bancos, exigirem uma carta de fiança para emprego em qualquer setor do meio comercial, industrial ou bancário.

Acontece, Sr. Presidente, que a Delegacia Regional do Trabalho faz crer que, ela realmente não atua nesse setor, senão em benefício do empregador, do grande capitalismo; e a prova, Sr. Presidente, está aqui, numa comunicação de serviço público Federal, em que, um dos chefes de divisão diz o seguinte: “Com referência ao pedido efetuado pelo Deputado Fidelcino

Tolentino, queremos dizer o seguinte: "O Parágrafo Único, da Consolidação das Leis do Trabalho preceitua, que o direito comum, será fonte subsidiária do direito do trabalho, portanto, legalmente, qualquer empresa pode usufruir das normas de direito, e usá-las no direito do trabalho. Não existe na CLT, norma alguma que venha proibir o uso de carta de fiança pelas empresas, como garantia junto aos seus empregados.

Reconhecemos que o uso de carta de fiança, por parte do empregador junto ao empregado, pode causar embaraço e dificuldade de emprego para certos empregados. No entanto, nada de proibitivo existe na CLT. Sugerimos ao Sr. Deputado, que entre em contato com a Comissão do Congresso Nacional, encarregada de reforma da CLT, para que, a mesma estude o problema com mais profundidade.

É do conhecimento, é do nosso pensar, que o assunto aludido pelo nobre Deputado, também seja enviado à sub-Secretaria de Proteção do Trabalho, para que a mesma, se manifeste sobre o assunto."

É o relatório e esta é a comunicação, Sr. Presidente, esses organismos, efetivamente, estão querendo transferir atribuições ao Poder Legislativo, sobretudo, ao Poder Legislativo Estadual.

Ora, se a Delegacia Regional do Trabalho não se acha competente, para atuar nesse setor, no mínimo esclarecendo a opinião pública, o que se pode esperar de uma organização vinculada diretamente ao Ministério do Trabalho. Evidentemente, que sabendo que não há proibição, entretanto, e não há também imposição, de se fazer valer esses expedientes para coibir ou para selecionar "certos" entre-aspas, empregados.

De tal forma, Sr. Presidente, que venho a esta tribuna para mais uma vez, deixar aqui o nosso protesto, a nossa indignação com respostas evasivas dessa natureza, sempre manifestada pelos organismos públicos sobretudo, pelo Ministério do Trabalho através de sua Delegacia. O chefe desse setor, o Delegado Regional, haveria de tomar-se a atribuição, de encaminhar aos organismos competentes, porque ela é uma Delegacia. Cabe à Delegacia Regional do Trabalho, usar desses expedientes burocráticos para com o Ministério, oferecendo sugestões à Coordenadoria do setor. Não caberá se não subsidiariamente, aos Parlamentares fazer isso, encaminhar à Câmara dos Deputados, para que se faça o aperfeiçoamento das Leis do Trabalho.

Aliás, é bom que se diga, que só a Oposição ofereceu 1092 proposições de melhorar a relação empregado-empregador, reforma da Consolidação das Leis do Trabalho e da Constituição e que, diga-se de passagem, nenhuma delas foi acolhida nem pelo Partido do Governo e, muito menos pelo Ministério do Trabalho.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Quero traduzir hoje, desta tribuna, a inquietação reinante num dos mais importantes setores da economia paranaense: A suinocultura. Ela que já foi um dos alicerces básicos do desenvolvimento de vastas áreas do Estado, principalmente do sudoeste, está hoje enfrentando os maiores problemas pela ausência de uma política adequada que contemple o esforço do criador. Os suinocultores do Paraná já estão, inclusive, perdendo a confiança nos homens públicos e nas autoridades ligadas a essa atividade e um segmento importante que oferecia preciosas divisas ao Brasil, está agora completamente desativado.

Desde a famosa — e famigerada — "PESTE SUÍNA AFRI-

CANA", sobre a qual até hoje recaem justificadas suspeitas de não haver passado de uma manobra de grupos econômicos interessados na falência da suinocultura brasileira, o mercado sofreu violenta retração comprimindo-se as cotações a níveis absurdos. Muitos criadores já abandonaram suas atividades levados pela falência imposta pelos altos custos dos insumos. E os reflexos na economia de dezenas de municípios estão se fazendo sentir, quer gerando o desemprego aqueles que se ocupam dos setores secundários da suinocultura, quer desacelerando o desenvolvimento de tantas comunas do nosso interior.

Além da imediata elevação do preço da carne do suíno de Cr\$ 38,00 para Cr\$ 50,00 Kg — é necessário que sejam criados mecanismos para sempre que ocorram altas nos consumos básicos, o preço do suíno acompanhe a escalada inflacionária, sofre risco de se perpetuar uma injusta situação para o produtor.

Vai daqui, portanto, Sr. Presidente, o nosso apelo às autoridades Federais, aos Excelentíssimos Srs. Ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento para que seja imediatamente revogada a disposição legal que fechou as exportações da carne suína e que, concomitantemente a essa providência, sejam concedidos recursos financeiros para a recuperação da suinocultura paranaense e brasileira.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Até como que atendendo um apelo do ilustre Deputado João Mansur e de conversas outras com ilustres Deputados desta Casa, de todas as bancadas, passamos a nos dedicar, a estudar as coisas paranaenses. Foram-nos remetidos uma série de boletins, de trabalhos e que no momento, inclusive, tenho em mãos.

Neste procurar, um ponto muito importante se revelou. Era o problema do emprego no Paraná. Mas, manuseando os dados do IPARDES, acabamos chegando a conclusão que a solução não está aqui dentro desta Assembléia. Porque manuseando esses trabalhos, a gente sempre chega à conclusão que as decisões são tomadas fora.

Isto levou-me a uma outra pergunta. Serão os problemas internacionais motivos suficientes para serem discutidos nesta Assembléia? Qual a relação entre os agricultores paranaenses que estão no Paraguai, com os problemas dos agricultores que aqui permaneceram? Quais as relações, enfim, entre o trabalhador brasileiro e o trabalhador da Polônia? Qual o relacionamento exato entre as declarações de Mister Reagan, de Mister Carter, em relação ao problema do trabalhador, aqui no Paraná?

Srs. Deputados, talvez infelizmente, essas relações sejam mais profundas do que realmente deveriam ser.

No momento em que se discute uma nova ordem econômica mundial, e os jornais de hoje trazem sobejamente o assunto, em que a ONU passa a se interessar na criação de uma nova ordem econômica mundial; em que o diálogo norte-sul se faz mais presente, principalmente com os subdesenvolvidos querendo ter um preço melhor com suas matérias-primas em comparação com as matérias industrializadas do norte, achamos que aqui também é o lugar indicado para se discutir problemas de natureza internacional.

Vejam, Srs. Deputados, que há uma correlação muito grande entre o ministro que foi demitido, na China, por esconder um desastre havido naquele País e o ministro que escondeu há alguns anos atrás, os problemas de saúde de São Paulo, quando se proibiu, inclusive, que tais problemas fos-

sem noticiados.

Vejam, Srs. Deputados, que há uma correlação muito grande entre o movimento dos trabalhadores poloneses, a greve dos trabalhadores poloneses, com a greve dos metalúrgicos brasileiros. E por quê? Porque lá, enquanto o Sr. 1.º Ministro Gierek vai à televisão e admite os erros de seu governo e demite aqueles ministros considerados responsáveis pela atual situação do trabalhador polonês, aqui no Brasil, o Ministro do Trabalho se entende com os empresários, manda prender os líderes grevistas e, nem por isso, melhoramos nossas relações.

Por isso, Gierek é um nome que está em todas as bocas e sobre o qual deve ser muito meditado.

Uma indagação sobre a situação da classe operária polonesa e uma preocupação sobre os caminhos e a sorte da Polônia.

Os que choram a Polônia fascista do Marechal Pilsudski e do coronel Joseph Becker não têm idéia da dignidade nacional polonesa. Os que atacam os operários grevistas como provocadores são a outra face dos modelos autoritários e anti-populares: são os dogmáticos e fanáticos da esquerda.

Estão hoje em jogo, no discurso político do mundo, muitas questões que dizem respeito não só aos operários e habitantes de Gdansk, aos poloneses, ao mercado da Europa do leste, ao Pacto de Varsóvia e à Europa.

O capitalismo de Estado da Polônia, sob uma ampla doutrina social e a direção do Partido Comunista Polonês, é apenas uma prática entre outras na direção do socialismo. Lá como cá, o capitalismo de Estado, a intervenção e intermediação monopolista de Estado pode dar bons ou maus frutos. Porém, de qualquer forma, é o capitalismo como sistema econômico e sistema de mercado que está sendo avaliado: seja sob a direção de grupos, oligarquias ou de um partido político-burocrático que dirige a sociedade em nome do proletariado.

Parece que as lições estão sendo aprendidas: o comunismo ainda é uma utopia, uma esperança para muitos e um pesadelo para a maioria da população dos países subdesenvolvidos. De outra parte, o sistema da concentração de propriedades e rendas nas mãos de minorias já se mostra em falência no mundo. O capitalismo de competição, com características democráticas na ação do capital, está morto e sepultado, substituído pelo monopolitismo.

E quanto a sistemas e regimes não há muito mais a dizer. A apropriação do Estado por grupos ou partidos está dando esses resultados pelo mundo. Lá, um partido político de esquerda, aqui um sistema de direita.

Nós acreditamos que os direitos individuais e sociais são mais do que uma vaga aspiração de pequenos grupos; representam a experiência histórica da Humanidade e evidenciam o que de melhor se conseguiu como um consenso do mundo atual. Não podem ser confundidos com a consciência social atrasada, uma democracia relativa. Podemos e devemos fazer um esforço em favor desses direitos universais pela liberdade e dignidade dos homens. Devemos lutar pela consciência do justo e necessário, do que é válido aqui e no Paraguai; aqui e na Argentina; aqui e em El Salvador, no Vietnã, no Oriente Médio, na África, nos Estados Unidos, na União Soviética e na Polônia.

Justo é o direito ao trabalho e à sobrevivência com dignidade. Justa é a auto-determinação de si, de sua força de trabalho; da identidade dos que trabalham sob as mesmas condições. Justas e necessárias são a liberdade e a dignidade humanas; o direito de postular por seus interesses, de reivindicar por suas necessidades e direitos.

E como expressão mais alta dos direitos humanos e sociais, os direitos políticos se corporificam nos homens, na sua ação, na sua conduta. Não são apenas palavras, textos, leis,

são os próprios homens conscientes.

As greves na Polônia excitaram tanto os socialistas quanto os fascistas; tanto os liberais quanto os conservadores.

Aqui têm havido greves por melhores condições de vida; por melhores condições de trabalho; pela reforma da legislação sindical; pela independência e autonomia sindicais. Os fascistas, os conservadores e os burocratas autoritários não se comovem com elas; acusam os operários e trabalhadores de subversivos, comunistas, apátridas. Defendem as ditaduras fascistas-militares contra os movimentos dos trabalhadores.

As greves polonesas, em especial a de Gdansk — segundo as agências internacionais que merecem relativo crédito — são por melhores condições de vida e de trabalho; pela reforma da legislação sindical; pela independência e autonomia sindicais. Para os fascistas e conservadores aqueles operários não são subversivos nem comunistas: são democratas e libertários.

Para nós, apesar da enorme diferença em alimentação, saúde, benefícios sociais e usufruto cultural entre os trabalhadores poloneses e brasileiros, predominam a semelhança e traços significativos dos direitos políticos. Lá como cá, uma tecnoburocracia e um partido oficial se aliam contra os interesses das maiorias.

Os homens que estudam, que procuram entender melhor os problemas sociais e nacionais sabem que a socialização de setores básicos de produção, da circulação, da distribuição e do consumo de bens fundamentais pode significar um avanço popular e nacional. Porém, esse avanço não se fará sem tropeços, sem desvios e sem contradições, algumas antagônicas. E o avanço da distribuição de bens pode chegar a um impasse e um retrocesso político e social se algum grupo ou setores da sociedade se investirem na tarefa de impedir as liberdades públicas e individuais, de substituir os diretamente interessados por sua ciência e sabedoria.

Não se pode negar que a Polônia de hoje não é a Polônia “sem bandeira” do passado, nem a Polônia para-fascista de entre as duas Guerras Mundiais. Mas, de alguns tempos para cá, as vantagens e benefícios se tornaram pequenos ante a pressão e opressão políticas. “Agora, é hora de reconquistar a liberdade, é o que diz o bravo povo polonês.”

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Deni Schwartz, a subida de Vossa Excelência a esta tribuna, como em todas as oportunidades, trata de assunto de natureza muito séria, e que extrapola o interesse da nossa fronteira; ele se vincula ao problema de um País como a Polônia, aliás, um País que já deixou de ser Estado, Nação, por duas vezes, e agora está sob o domínio, sob o jugo de uma oligarquia — vamos dizer assim, para não aguçar os ouvidos de muitos atentos aos países totalitários — vinculado ao domínio da União Soviética. É uma forma de ditadura também, não há dúvida, eminente Deputado. E quero aproveitar aqui, esta oportunidade, porque na semana passada quando a nossa bancada se retirou em protesto à vinda do General Videla ao Brasil, foi acerbamente criticada por eminentes Parlamentares do PDS, dizendo que não viu aqui, alguém que gritasse em favor do Afeganistão. Evidentemente, que não houve invasão da Argentina por outro País, isto não quer dizer que se esteja de acordo com aquele problema. É só para não ficar em branco e que não é uma missão só da Oposição, gritar quando se expulsam os direitos da pessoa humana.

Mas, o caso da Polônia, de uma forma especial, o que se nota realmente, é que o interesse maior, está no interesse de natureza econômica, sempre na exploração do capital ao trabalho. E, na verdade, o próprio Partido Comunista usa de determinadas fórmulas ainda em andamento para se chegar a uma perfeição do que pregava o seu idealizador. Mas

nesta caminhada, criam-se certas divergências e a divergência lá no bloco comunista, é entre o sistema de Governo Comunista e Socialista, mas, especialmente quanto ao problema do proletariado, contra os operários da Polônia, o que eles querem é avançar mais nas conquistas, no melhoramento da vida e isso tem uma interligação não só com o bloco comunista; eles buscam a satisfação das necessidades humanas e de uma melhor posição na relação entre si e entre o capital.

Parece-me, Deputado, que há uma diferença substancial. sobretudo nesse episódio da Polônia, como aconteceu também com o Alexander Dubiseki da Tchecoslováquia, que caiu por invasão da Rússia; aqui há uma diferença muito grande da Polônia. Na Polônia cai o 1.º Ministro e aqui, prendem-se os operários brasileiros. Tanto é verdade que o Lula está aí no banco dos réus respondendo por crime contra a segurança nacional, por ter defendido uma posição daqueles que mobilizam as riquezas, que são os homens que emprestam o seu trabalho diuturno, para ampliação, para acumulação de capitais. Há uma substancial diferença; lá vai o 1.º Ministro, aqui sobe a inflação; sobe o super-Ministro e com maior força ainda e além disso, impõe-se uma Lei dos Estrangeiros, para facilitar o manejo do interesse do regime.

A diferença é muito grande, o problema está na sensibilidade Deputado e, pode crer Vossa Excelência, que não faltarão vozes para vir criticar a posição adotada por Vossa Excelência nesta tribuna. Até porque, maldosamente, vão interpretar, querendo jogar a público, uma posição eminentemente comunista como se o comunismo fosse uma fantasia, só para indispor o pensamento de liberdade contra aqueles que não têm liberdade de pensar, sobretudo, os mais humildes.

Por essa razão, o tema que Vossa Excelência traz a esta tribuna, é do mais alto interesse, de meditação não só dos Parlamentares, mas de toda a Nação brasileira que está aí às voltas, com uma inflação de mais de 100% e em função da inflação que naquela ocasião, por força do interesse capitalista, estava em torno de 84% em 1.964. E, a Revolução foi feita para acabar com a inflação. O que nós vemos é um desastre, e toda hora estão aí as negociatas estampadas nos jornais, por quê? Por causa do regime autoritário, militarista e tecnocrático, que nada, muito pelo contrário, é muito superior a sua repressão, à repressão existente de que se tem notícia nos países do bloco comunista. Esta a posição que queria colocar.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. DENI SCHWARTZ — Após responder o aparte do Deputado Fidelcino Tolentino.

O problema é o seguinte, a mim pouco importa saber o que vão dizer, se sou comunista ou não, mesmo porque não o sou, não porque não desejo, mas por uma falta de capacidade. Já que considero o comunismo uma utopia, como disse em meu discurso, além de que acho que os verdadeiros comunistas sempre foram, de espírito e de dádiva que eu não possuo. Temo talvez que aqueles que se dizem comunistas, venham amanhã em defesa do regime de Varsóvia, estes sim, achar que estou contestando o regime comunista e lá não é o regime comunista.

Quis dizer, que tanto o capitalismo de Estado não é válido num regime socialista ou comunista, como não é válido aqui, na América Latina. Assim como não concordamos com o Sr. Videla em ter praticamente invadido a Bolívia, não podemos concordar que amanhã a União Soviética venha a invadir a Polônia.

Veja, Sr. Deputado, que nestes lances do General Videla — e parece que esta análise não foi feita, o grande vitorioso — e a imprensa não diz isto, mas o grande vitorioso ainda, e em função da Oposição, foi exatamente o General Fi-

gueiredo. E, diga-se de passagem, aí que eu tenho que reconhecer alguns méritos seus. Porque aquele mesmo povo que em Londres hostilizou o General Geisel, porque havia fechado o Congresso aqui no Brasil, e foi visitar Londres e, por isto, não foi recebido no Parlamento inglês, aquele mesmo inglês, ao ler em seus jornais que a Oposição não se fez presente na recepção do Sr. Videla, deve ter dado um voto de confiança ao Governo brasileiro. Afinal de contas, se a Oposição não estava presente no Congresso, é porque existe uma Oposição. O fato desta Oposição não ter sido, como em outra época, cassada ou presa, também provavelmente fez com que aquele inglês reconhecesse no Governo do Sr. João Figueiredo algum espaço político, alguma abertura, como querem muitos.

O fato dos discursos do Sr. Videla, do Sr. Figueiredo, serem completamente diferentes, francamente honra a nós brasileiros e, particularmente, a nós da Oposição, que há muito tempo estamos pregando isto. Talvez aí possamos começar um diálogo. Não podemos, mesmo sendo homens de Oposição, dizer que aqui a opressão é igual à da Argentina. E quando nos manifestamos contra o Sr. Videla, o fizemos como o faremos se porventura qualquer País, a qualquer pretexto, venha invadir a Polônia. Como não queremos que amanhã ou depois qualquer País invada o nosso.

Assim como protestamos em 1.964, para que se desse um golpe de Estado neste País, naves americanas ficassem em nossas costas para um eventual protesto, uma eventual resistência do Governo, então legítimamente constituído, assim também amanhã protestaremos.

Muitos dirão que até por uma coincidência, hoje se faz exatamente na região de Gdanski, as manobras do Pacto de Varsóvia. Não somos defensores do Pacto de Varsóvia, como não somos defensores do Pacto da OTAN, porque isto, a existência desses pactos militaristas é que faz com que milhares de pessoas, inclusive neste País, morram de fome, como morrem de fome em todo o Terceiro Mundo.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência se referiu sobre os tratados militares. Em 77, foram dispendidos 44 bilhões de dólares pelos países industrializados, em armamentos. Em Educação e Saúde 10% do que foi aplicado nesse setor.

O SR. DENI SCHWARTZ — Obrigado.

Por isso, Srs. Deputados, começamos a pesquisar os problemas realmente atinentes ao Paraná. Acaba-se chegando à conclusões diferentes. E vejam a semelhança entre a situação do trabalhador polonês sobre um capitalismo de Estado com uma tecno-burocracia comandando e a semelhança com o trabalhador, não só do Brasil, mas especificamente com o de Curitiba.

Porque, o capitalismo de Estado faz, e fez, com que, por exemplo, no mês de julho — dados do IPARDES — a inflação em Curitiba, foi de 43%. E eis o que diz o IPARDES:

Entre os diversos itens, tem-se o seguinte: serviço públicos e de utilidade pública, foi a categoria que apresentou a maior elevação — 13,32%. E continua, para a categoria de outros serviços, a variação foi de 4,32% com aumento expressivo verificado na anuidade escolar.

Parece que não tem ligação as duas coisas. Mas, o capitalismo de Estado que levou o operário polonês à greve, é o mesmo capitalismo de Estado que fez com que as taxas de água e luz fossem elevadas a tal ponto que a inflação, em Curitiba, tenha sido causada principalmente pelos serviços públicos e de utilidade pública; e pelo aumento de anuidades escolares.

É contra esse capitalismo de Estado que não se confunde com o socialismo. O capitalismo de Estado que está, hoje, nas diversas repartições e autarquias que vão desde os

municípios até à Nação; capitalismo de Estado que permite o escândalo da Caixa Econômica de São Paulo e da Light, e tantos outros que estão por aí.

Contra esse capitalismo é que se levantou o trabalhador polonês. Contra esse tipo de capitalismo de Estado, em outras palavras, levantou-se também o metalúrgico. Só que o tratamento, aqui e lá — e aí é o que está para ser pensado e o que me fez pensar — o tratamento foi muito diferente. Enquanto lá, Sr. Deputado, o 1.º Ministro, e a imprensa ocidental, bem demonstrou isso ontem, admite erros em seu governo e demite os seus ministros responsáveis pela situação que lá está.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, agradeço a sua generosa atenção e dizer que esse paralelo que Vossa Excelência faz com o povo da Polônia, o povo massacrado pelo poder soviético, o povo sofrido que, talvez menos, ou mais sofrido, o povo que é tão sofrido e defendido da América Latina.

Ao vermos Vossa Excelência botar as cartas na mesa, ficamos contentes, porque sabemos que Vossa Excelência está sensibilizado com os problemas nacionais, com os problemas dos brasileiros que devem ser resolvidos pelos próprios brasileiros, com os problemas da nossa terra que devem ser resolvidos por nossa terra, sem pensarmos em cones, sem pensarmos em medidas esdrúxulas, então, queremos nos parabenizar com Vossa Excelência e dizer que, a União Soviética também erra, que os comunistas também erram, que os comunistas também estão em decadência, que os comunistas são um povo como uma hidra, eis que estão se comendo e, são como os ratos de navios que, quando vêm-se abandonados, comem-se.

Que isto sirva de exemplo para o Paraná e para o Brasil. Os comunistas poloneses estão em atrito e esta é a falência do comunismo e uma advertência para o povo cristão — que, unidos, acharemos uma fórmula brasileira, sem procurarmos trazer para o Paraná ou para o Brasil motivação de comunismo estrangeiro internacional. Temos a fórmula brasileira, e, Vossa Excelência está de parabéns porque está procurando achá-la; critiquem os comunistas, que nós também criticaremos os capitalistas, mas, vamos falar como Vossa Excelência está falando, que, o comunismo está começando a ser derrotado pela Polônia, que o Afeganistão, é um exemplo para o Brasil e para o mundo!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra, no horário reservado à Liderança do PMDB, ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por delegação da liderança do meu Partido, abordei, nesta oportunidade, um assunto dos mais sérios e dos mais lamentáveis ocorridos na cidade de Londrina, cujo assunto já tive a oportunidade, aqui desta tribuna, de tecer comentários a respeito.

Ontem, o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Paraná, esteve reunido no período da tarde para, em uma Sessão Solene de Desagravo, homenagear o Advogado Luiz Fernando Maria Sobrinho, militante na Comarca de Londrina, em decorrência de uma prisão ilegal e arbitrária praticada pelo Delegado da Polícia Federal, Paulo Marcelo Zimmermann, há alguns dias, nas dependências da Divisão de Polícia Federal daquela cidade.

Confesso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, na qualidade de um modesto representante do povo de Londrina e também na condição de um modesto advogado que, há poucos anos iniciou sua militância profissional naquela cidade

e região, não sabia que, uma Sessão Solene da OAB pudesse ser tão significativa para um seu membro, que tenha sido vítima de violências praticadas por autoridades muitas vezes incompetentes para dirigir uma instituição policial em nosso Estado. O mundo jurídico do Paraná, através dos mais competentes e respeitáveis advogados do Paraná, estava hoje reunido na sede da OAB, nesta Capital, e presente também, estava o ilustre desagravado, Advogado Luiz Fernando Maria Sobrinho, um homem que, ao longo do tempo tem demonstrado a sua eficiência, a sua integridade e a sua honradez na região Norte do Paraná, no exercício sagrado da sua profissão.

O Advogado René Ariel Dotti, na condição de orador, proferiu um discurso de desagravo e, dentre as várias colocações que o renomado jurista fez, peço permissão aos ilustres Colegas nesta Casa, para proceder a leitura de um trecho.

Disse René Dotti: (Lê):

“O complexo dos direitos e deveres que regula o comportamento do advogado não mais decorre de concepções românticas oriundas da filosofia do Iluminismo ou das idéias pragmáticas de uma civilização materialista que via nesse profissional um simples e mero procurador atuando na defesa de direitos e interesses alheios.

Na atualidade, e particularmente em nosso País, os famosos Decálogos foram substituídos por um conjunto de textos legais que imprimem dignidade e vigor à profissão. Tal evolução não é consequência de uma visão conceitualista ou de uma jurisprudência de interesses, mas está fundada em um sistema de valoração de atividade humana.

Dentro dessa moderna concepção, que encara o advogado sob critérios de valor, ele é considerado um ser socialmente solidário quando, entre os deveres legais estão: a defesa da ordem jurídica e a Constituição; pugnar pela boa aplicação das leis e rápida administração da Justiça e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas; defender com independência os direitos e as prerrogativas profissionais e a reputação da classe; velar pela dignidade da magistratura, tratando as autoridades e os funcionários com respeito e independência, não rescindindo de igual tratamento (Estatuto, art. 87), além de outras nobilitantes atribuições de natureza eminentemente pública. Para o cumprimento dos deveres fundamentais à dignidade da classe, o advogado não deve ter receio de desagradar qualquer autoridade e nem de incorrer em impopularidade, posto que no tribunal de sua consciência não raramente a Lei, o Direito e a Justiça tem outra conformação, para muito além dos estreitos limites desenhados pelas estruturas positivistas que se colocam em antagonismo com as liberdades fincadas pelo Direito Natural.

O exercício, com liberdade, da profissão em todo o território nacional na defesa dos direitos ou interesses confiados é uma das exigências frontais impostas ao advogado que não é somente procurador de partes, mas também e substancialmente, mandatário de uma vontade coletiva que se dirige à realização dos altos objetivos sociais em harmonia com os sagrados direitos da personalidade.”

Uma sessão de desagravo a um advogado violentamente atingido por uma arbitrariedade de uma autoridade pública, constitui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente um ato da mais alta dignidade a um profissional que há mais de 20 anos, tem se postado com a maior envergadura possível no respeito às liberdades e aos mais sagrados direitos de garantias individuais.

O advogado Luiz Fernando Maria Sobrinho, que foi vítima de uma prisão arbitrária, ficando por 8 horas preso nas dependências da divisão de Polícia Federal, em Londrina, é um homem que tem deixado por onde passou a marca da retidão, a marca da competência e exemplo de dignidade para todos nós advogados e para todos quantos têm convi-

vido com a sua pessoa. Este advogado, ontem se mostrava profundamente reconhecido pela postura da Entidade, da sua entidade, da nossa entidade de classe que é a OAB do Paraná.

É muito comum, um advogado comparecer a uma dependência policial ou judiciária acompanhando o seu cliente, defendendo o interesse do mesmo. Mas, não tem sido frequentemente comum, um advogado ser preso em flagrante, e desta feita o que ocorreu em Londrina, foi exatamente este lamentável fato de que um dos advogados mais respeitados, no meio jurídico londrinense, tenha sido vítima de uma arbitrariedade policial. Um homem incapaz de ofender quem quer que seja, incapaz de levantar a voz à qualquer autoridade, tem sempre se postado no mais absoluto respeito às autoridades constituídas.

Falo desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque quando Delegado de Londrina, o aludido advogado militou durante a nossa permanência naquela cidade na subdivisão policial, nunca, em momento algum, soubemos de uma atitude desrespeitosa, de um ato indigno praticado por aquele causídico. E muito mais, quando ainda Promotor de Justiça, na Comarca de Bela Vista do Paraíso, há mais de vinte anos, Luiz Fernando Maria Sobrinho granjeou tanta simpatia, tanta amizade, no vale do Paranapanema, que após as notícias que foram vinculadas, da sua prisão, nas dependências da Polícia Federal, a maioria dos moradores de Bela Vista do Paraíso se indignaram com tal procedimento por parte da autoridade da Polícia Federal de Londrina.

O Sr. Valduga — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

O SR. JOSÉ TAVARES — Concedo o aparte ao Deputado Valduga, que havia me solicitado.

O Sr. Valduga — Efetivamente, iria usar do horário da Liderança, mas já que Vossa Excelência me concede, o farei agora e devo dizer que me associo a todas as homenagens que a Ordem dos Advogados prestou ao ilustre advogado, Dr. Luiz Fernando Maria Sobrinho. Endosso as palavras de abono moral à conduta daquele profissional, porque o conheço desde que iniciamos a nossa atividade de advogado, em Bela Vista do Paraíso, convivemos esses anos todos. Devo dizer que ele, além de ser um dos melhores técnicos na Advocacia, de ser um dos melhores peticionadores que conheço e que a classe reconhece ser, ele é também bom pai de família, homem digno e correto.

Apesar da importância que tem tudo isto, o ataque contra uma pessoa, o mais grave e que os advogados sempre se ressentiram, é a forma de trato com que faz a Justiça Federal a estes trabalhadores das leis que são os advogados.

É tempo de levantar a voz na tribuna contra este sistema. A Polícia Federal teve, ao longo de um período de exceção, razões para procedimentos também excepcionais. É chegado o momento, entretanto, que compreenda que a abertura política aí está, como bem disse o Deputado Deni Schwartz — a Oposição pode se retirar impune de um plenário num ato político e a Polícia Federal tem que entender, de uma vez por todas, que ela não é mais tutora da Ditadura, que ela tem atribuições policiais específicas.

Faço este pronunciamento para denunciar não só o fato isolado do meu dileto amigo e colega advogado, mas contra um comportamento execrável que a polícia federal, pelo menos em Londrina, tem tido com os advogados.

O SR. JOSÉ TAVARES — Realmente, Vossa Excelência tem razão, quando faz tal afirmação porque ontem, durante a sessão solene de desagravo, o que mais se ouvia através dos advogados ali presentes, era a reclamação do comportamento da Polícia Federal, em Londrina, com relação aos advogados. Costumam fazer os advogados esperar por horas e horas, num visível “chá de banco”, numa gíria policialesca,

num visível desrespeito à figura do advogado.

Mas para concluir, Sr. Presidente, gostaria apenas de citar um pequeno trecho do final do pronunciamento que o advogado René Dotti proferiu ontem, na Ordem dos Advogados do Brasil e que é o seguinte:

“Existe uma força superior que esculpe ou apaga os sinais de batalha: ela não é fluida e nem servil ao poder arbitrário, como não são fluidos e servis muitos tipos penais; ela é densa, calorosa, envolvente e perene porque compõe a alma e o corpo do advogado, esse gladiador de pequenas e grandes arenas, passageiro intimorato pelas viagens do bem e do mal, do justo e do injusto: habitante de todos os sítios; adorador de todos os credos; de todas as filosofias; amante dos bons e dos maus; herói e vilão; coerente e contraditório; exemplo de homem e modelo de santo. Esta força universal e transcendente é o anseio, o anelo que não devemos romper, mas reforçar principalmente porque ela também existe, em todas as medidas, nos homens que integram um povo e modelam a História de um País, de uma Civilização.

Em nome desta força, os advogados do Paraná proclamam, alto e bom som, que nenhuma falta cometeu LUIZ FERNANDO MARIA SOBRINHO, advogado, homem do povo, que vive e sofre sem a proteção do poder.”

Agradeço a atenção de Vossas Excelências e peço permissão ao Deputado Lineu Turra que, em boa oportunidade, requereu a transcrição, nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo advogado René Dotti, para subscrever o requerimento de sua autoria, porque acho que esse é um documento que deve passar para os Anais da Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Consulto à Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso da palavra no horário que lhe é reservado. (Declina)

Consulto à Liderança do PTB se deseja usar da palavra. (Declina)

No mesmo sentido consulto à Liderança do PDS. (Pausa) (Declina)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

A Presidência com satisfação, registra a presença neste plenário, do Sr. Moacir Piovesan, Prefeito Municipal de São José dos Pinhais e do Vereador Arnaldo Voitch, daquela mesma cidade.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61/80, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública o “Templo Espiritualista Estrela do Oriente”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. LIENU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defe-

re e procederá a verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência proceda a verificação de votação, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa deferiu e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(Soam os tímpanos)

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Responderam a chamada nominal 35 Srs. Deputados.

A Presidência procederá a verificação de votação, atendendo solicitação do Sr. Deputado Lineu Turra.

(É procedida a verificação de votação)

36 Srs. Deputados aprovam; nenhum rejeita.

Aprovado o Projeto de Lei n.º 61/80.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63/80, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de Utilidade Pública a “Tenda Espírita Pai João D’Angola de Aruanda”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 66/80, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de Utilidade Pública a “Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão — S.A.T.C.”, com sede e foro em Figueira, Município de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 34/78, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de Utilidade Pública o “Patrimônio Recreativo, Esportivo e Social de Palmitópolis”, com sede no Município de Nova Aurora. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 34/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “PATRIMÔNIO RECREATIVO, ESPORTIVO E SOCIAL DE PALMITÓPOLIS”, com sede e foro no Município de Nova Aurora.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1.978

a) Fuad Nacli.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando inestimáveis serviços junto à comunidade de Nova Aurora, dentro das finalidades estatutárias para que foi constituída.

Os Estatutos Sociais, que anexamos ao presente, comprovam que a entidade se enquadra dentro dos requisitos essenciais, previstos pela legislação pertinente, para que o Poder Público possa reconhecer de utilidade pública.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei que esperamos possa merecer o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 34/78

De autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública o “Patrimônio Recreativo Esportivo e Social de Palmitópolis”, com sede e foro no Município de Nova Aurora.

polis”, com sede e foro no Município de Nova Aurora.

Analisando-se a proposição através da justificativa apresentada e da documentação que a acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela legislação estadual em vigor, reguladora do instituto da utilidade pública — Lei 6.994 de 10.01.78.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Luiz Alberto Oliveira, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27/79, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que denomina de “Dr. Moacir Camargo Martins”, o Instituto Médico Legal de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 27/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado “INSTITUTO DR. MOACIR CAMARGO MARTINS” o Instituto Médico Legal de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1.979

a) José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

Médico Humanitário, cidadão pioneiro da cidade de Londrina, o Dr. Moacir Camargo Martins, além de Professor Universitário, titular da cadeira de Medicina Legal nas Faculdades de Direito e Medicina, da Universidade de Londrina, exerceu com proficiência e extrema dedicação as funções de Médico Legista, no Instituto Médico Legal de Londrina, por mais de trinta anos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 27/79

De autoria do nobre Deputado José Tavares, o presente projeto de lei tem por finalidade denominar “Instituto Dr. Moacir Camargo Martins”, o Instituto Médico Legal de Londrina.

Analisando-se a justificativa apresentada e tendo em vista que a matéria não encontra óbice algum quer legal quer constitucional que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, o nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Adalberto Daros, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 67/80, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que cria no Município de Santa Cruz do Monte Castelo, o Distrito Administrativo de Santa Esmeralda, com divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 67/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de Santa Esmeralda, no Município de Santa Cruz do Monte Castelo, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes: “Começa na estrada NA-507, denominada estrada do Cruzeiro, no Bairro Espírito Santo, no Município de San-

ta Cruz do Monte Castelo, que tem seu início na estrada NA-102 que liga a sede do Município ao Porto Herculândia; seguindo pela estrada NA-507 até o ribeirão Tamanduetê; seguindo à jusante no ribeirão Tamanduetê pela margem direita até a sua foz no Rio Ivaí, seguindo também a jusante do Rio Ivaí pela margem direita até encontrar a foz do ribeirão Água Funda; seguindo à montante do ribeirão Água Funda pela margem esquerda até encontrar a divisa dos lotes 133 e 132; seguindo pela divisa dos lotes 133 e 132 em linha reta e seca rumo NW 76°13' até encontra a estrada NA-102 e seguindo por esta até o ponto de partida da estrada NA-507, início da estrada denominada Cruzeiro."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições, em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1.980

a) Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Santa Esmeralda vem apresentando um surto desenvolvimentista dos mais acentuados fazendo com que a estrutura administrativa do Município de Santa Cruz do Monte Castelo procure atender as suas necessidades de maneira a propiciar condições que o seu progresso não sofra solução de continuidade.

Com isso o Município de Santa Cruz do Monte Castelo vem de apresentar e aprovar Representação para propiciar a elevação daquela localidade a condição de Distrito Administrativo, o que agora estamos propondo à consideração dos nobres Pares, revestindo o presente plano de lei com a documentação prevista na lei complementar n.º 2 — Lei Orgânica dos Municípios - Art. 9.º.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 67/80

De autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, o presente projeto de lei tem por finalidade criar, no Município de Santa Cruz do Monte Castelo, o Distrito Administrativo de Santa Esmeralda, com divisas que especifica.

Analisando-se o processo, bem como a documentação nele inserida, temos que estão cumpridas as exigências previstas no Art. 9.º da Lei complementar n.º 2 de 18.06.73 (Lei Orgânica dos Municípios)

Nestas condições, a matéria está em condições de merecer aprovação, opinando-se favoravelmente, já que, legal e constitucionalmente, nada há que possa obstar a sua normal tramitação por esta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Deni Schwartz, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 26/80, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que visa disciplinar Artigo do Regimento Interno, proibindo o porte de arma de qualquer espécie, nos Edifícios da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

§ único — O Deputado Estadual, ao ingressar nos edifícios da Assembléia tendo arma em seu poder, dela fará entrega mediante recibo, no local designado pela Comissão Executiva, a funcionário por esta incumbido de guardá-la.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de maio de 1.980

aa) Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Basílio Zanusso — 1.º Secretário

Domício Scaramella — 2.º Secretário.

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa constante do presente projeto de resolução, encontra seu amparo em norma inserida no Regimento Interno desta Casa, mais especificamente nos artigos 23. III e 118, onde estão anotadas as seguintes disposições:

"Art. 23 — à Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I —

II —

III — prover a polícia interna da Assembléia."

"Art. 118 — O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, privativamente, à Comissão Executiva, sem intervenção de qualquer outro Poder."

Do exame destes dispositivos, deflue a certeza do acolhimento da medida que após detidamente analisada, por certo receberá manifestação favorável do plenário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26/80

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão Executiva, visa disciplinar artigo do Regimento Interno, proibindo o porte de arma nos edifícios da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A matéria tem por escopo norma já existente na Câmara Federal.

Analisando-se a proposição, temos que, sob o aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, nada há que possa impedir a sua aprovação por esta Casa. No entretanto, tendo em vista que já existe em nosso Regimento Interno, norma que disciplina o policiamento nos edifícios deste Poder Legislativo, (Capítulo VIII, do Art. 118 a 122) achamos de melhor alvitre que tal proibição se estabelecesse com o acréscimo de mais um § no Art. 119, o que estamos propondo através de Substitutivo Geral que segue anexo.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação, na forma do Substitutivo Geral que apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Deni Schwartz, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26/80

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.º — O Art. 119 do Regimento Interno passa a vigorar com o seguinte § 5.º.

"Art. 119 — ...

§ 5.º — Fica proibido o porte de arma de qualquer espécie, no recinto do plenário.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio 1.980

a) Deni Schwartz.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 38/80, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as contas do Governo do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1.976. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade. **Aprovado.**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 38/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do item III, do Art. 22, da Constituição do Estado, aprova a seguinte

RESOLUÇÃO

Artigo único — São aprovadas as contas do Governador do Estado, apresentadas através do Balanço Geral, referente ao exercício financeiro de 1976.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1980.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
EGON PUDELL — Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Parecer à Proposição n.º 478/77

A presente proposição, originária do Ofício n.º 280/77, do Poder Executivo, encaminhando a este Poder Legislativo, o Balanço Geral do Estado, bem como Relatório do Tribunal de Contas, correspondente ao exercício financeiro de 1976.

Em parecer prévio publicado e anexo ao presente, o Tribunal de Contas do Estado, após aprofundados estudos, pronunciou-se favorável à sua aprovação.

As especificações e montantes dispendidos nos diversos setores atinentes à Administração Pública, bem demonstram o equilíbrio que orientou a filosofia do Governo durante o exercício financeiro, cujas contas, ora se examinam.

Isto exposto, nosso parecer é pela APROVAÇÃO do Balanço Geral do Estado, apresentado pelo Chefe do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 1976, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1980.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
EGON PUDELL — Relator

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do discurso do Doutor René Ariel Dotti, publicado no jornal "O Estado do Paraná", proferido no ato público realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em desagravo ao ilustre advogado Doutor Luiz Fernando Maria Sobrinho, vítima de injúria e desrespeito por parte do Delegado da Polícia Federal de Londrina. — Aprovado. — (O discurso acha-se publicado no final desta ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 34/78, 27/79 e 67/80, e de Resolução n.ºs 26 e 38/80.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 28 e 70/80.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 46/80.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos anais da Casa foi aprovada a requerimento de autoria do Senhor Deputado Lineu Turra, em sessão realizada em 26 de agosto de 1980.

"DESAGRAVO DA OAB PARA ADVOGADO PRESO

Na sessão de ontem à tarde da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, o advogado René Ariel Dotti fez oração de desagravo ao colega Luiz Fernando Maria Sobrinho, que foi preso por desacato no prédio da Polícia Federal em Londrina; no dia 17 do mês passado.

O desagravo do Conselheiro René Ariel Dotti:

"O complexo dos direitos e deveres que regula o comportamento do advogado não mais decorre de concepções românticas oriundas da filosofia do Iluminismo ou das idéias pragmáticas de uma civilização materialista que via nesse profissional um simples e mero procurador atuando na defesa de direitos e interesses alheios.

Na atualidade e particularmente em nosso País, os famosos Decálogos foram substituídos por um conjunto de textos legais que imprimem dignidade e vigor à profissão. Tal evolução não é consequência de uma visão conceitualista ou de uma jurisprudência de interesses, mas está fundada em um sistema de valoração de atividade humana.

Dentro dessa moderna concepção, que encara o advogado sob critérios de valor, ele é considerado um ser socialmente solidário quando, entre os deveres legais estão: a defesa da ordem jurídica e a Constituição; pugnar pela boa aplicação das leis e rápida administração da Justiça e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas; defender com independência os direitos e as prerrogativas profissionais e a reputação da classe; velar pela dignidade da magistratura, tratando as autoridades e os funcionários com respeito e independência, não prescindindo de igual tratamento, (Estatuto, art. 87) além de outras nobilitantes atribuições de natureza eminentemente pública. Para o cumprimento dos deveres fundamentais à dignidade da classe, o advogado não deve ter receio de desagradar qualquer autoridade e nem de incorrer em impopularidade, posto que no tribunal de sua consciência não raramente a Lei, o Direito e a Justiça tem outras conformações, para muito além dos estreitos limites desenhados pelas estruturas positivistas que se colocam em antagonismo com as liberdades fincadas pelo Direito Natural.

O exercício, com liberdade, da profissão em todo o território nacional na defesa dos direitos ou interesses confiados é uma das exigências frontais impostas ao advogado que não é somente procurador de partes mas também substancialmente, mandatário de uma vontade coletiva que se dirige à realização dos altos objetivos sociais em harmonia com os sagrados direitos da personalidade.

Nesta tarde e neste momento, reúnem-se os advogados do Estado do Paraná — uma das expressões mais pujantes do desenvolvimento nacional — para desagravar o ilustre colega Doutor Luiz Fernando Maria Sobrinho, vítima de injúria e outros constrangimentos cometidos pelo Delegado de Polícia Federal Paulo Marcelo Zimmermann, através da ordem e da lavratura formal de uma prisão carente de legitimidade.

O insólito fato ocorreu quando o colega se encontrava nas dependências da Delegacia Policial Federal em Londrina, no empenho profissional de defender pessoa acusada de crime e, como tal, beneficiária das garantias constitucionais e legais, principalmente sob o manto protetor da presunção de inocência. O incidente travado entre o advogado e o delegado foi sumariamente decidido por este último, em causa própria, quando entendeu que aquele cometera o crime de desacato mediante o emprego de palavras ofensivas.

Permanece em nosso sistema penal a figura do desacato com os seus contornos fluidos a exemplo de muitos tipos penais sem que ao verbo desacatar se junte qualquer outra expressão legal capaz de tornar indubitosa a ofensa cometida contra o funcionário público no exercício das funções ou em razão delas. Tal carência legiferante tem se convertido em servidão de passagem para o abuso de poder quando o funcionário está investido de autoridade e se constitui, a um só tempo, vítima, testemunha e juiz enquanto que o corpus delicti é modelado segundo a natureza e as características de sua personalidade.

Muitas vezes a interpretação do suposto desacato em sua realidade concreta, sofre as deformações resultantes do conflito humano e funcional entre os dois mandatários: de um lado, o preposto da sociedade, da ordem pública; de outro, o represen-

tante da parte e, ao fundo, também o detentor de um mandato popular na medida em que a advocacia não se esgota na relação profissional-cliente. Para resolver tal conflito, não é possível sujeitar-se o Estado de Direito Democrático à decisão de uma das partes, principalmente quando o desacato pode assumir os contornos de uma "criminalidade" a ser combatida com a legislação de pânico, a exemplo da perseguição movida contra os hereges e os feiticeiros pelo arsenal punitivo das Ordenações que durante três séculos reinaram furiosa e impiedosamente em nosso País.

Comete o delito de desacato o particular que atenta contra a administração pública, ofendendo um seu funcionário. Mas o advogado não é, certamente, esse particular a que alude a lei, porém o integrante de uma categoria especial de sujeitos posto que no seu ministério presta serviço público, constituindo, com os juizes e membros do Ministério Público, "elemento indispensável à administração da Justiça" (Estatuto, art. 68).

Dentro de tal perspectiva não é possível reconhecer-se no delegado do Poder Público na tarefa de investigação dos ilícitos penais e de sua autoria, o Juiz competente para decidir sobre o incidente que envolve dois mandatários de direitos e interesses, sem que entre eles possa se estabelecer uma hierarquia.

Tem o advogado prestado relevantes serviços públicos do mais alto interesse social e de sua tribuna da planície é também uma testemunha permanente da ascensão e queda dos poderosos, os quais, do alto e quanto lá se encontram, desferem sentenças irrecorríveis contra os fracos e quando caem passam muitas vezes a se servir do advogado, posto que, na planície estão ou podem ser vitimados pelos sucessores do arbítrio e da prepotência.

Ao advogado – como profissional que defende valores sociais relevantes e como testemunha sofrida dos males do mundo sob a perspectiva do Direito e da Justiça – a comunidade instituiu um regime especial de imunidade. Não a imunidade relativíssima prevista timidamente pelo Estado e que consiste em não sofrer o vexame de se preso em flagrante por fato relativo ao exercício da profissão, sem a presença do Presidente da Ordem. Em tal caso, a Ordem dos Advogados assume apenas o papel de testemunha inerte, impotente. Fala-se de uma imunidade de maior grandeza e que não se constitui no deferimento de privilégio a pessoas ou a uma classe, mas de autêntica prerrogativa que se institui para permitir ao advogado o exercício de suas nobilitantes funções, a exemplo do que ocorre com a imunidade parlamentar quanto aos ilícitos contra a honra praticados através da palavra, da opinião ou do voto, restabelecida a partir da Emenda n.º 11 de 1978 para conservar a tradição da Carta de 1946, salvo a abusiva limitação que ainda existe, no pressuposto de que, pela palavra, pela opinião ou pelo voto seja possível cometer-se um crime contra a segurança nacional. Esta deve ser um bem superior a força de tais expressões.

No exercício de suas funções, o advogado deve ser posto a salvo da jurisdição de determinados funcionários públicos, principalmente quando praticantes de abuso de direito em suas mais variadas formas: desde a detenção arbitrária até a sonegação de informações.

A exclusão de jurisdição do advogado em determinadas circunstâncias é uma extensão necessária da imunidade judicial já constante de nosso sistema penal e com a característica de ser muito mais necessária durante a fase policial, nos escaninhos do arbítrio, que durante o transcurso das causas no forum.

A Ordem dos Advogados do Brasil é uma entidade competente para julgar os seus filiados nas infrações previstas pelo Estatuto ou pelo Código de Ética profissional. Trata-se de um juiz natural para conhecer as infrações de tal espécie e não delega atribuições para os órgãos policiais, principalmente quando o relacionamento entre os agentes da autoridade e os profissionais do Direito está se transformando em frente avançada de litígios, em atmosfera candente de confrontos assim como

ocorre frequentemente em Londrina. Naquela grande cidade, a Delegacia de Polícia Federal está se transformando em mural de insurreição quando se grafam em suas paredes a história e o sacrifício de acusados e defensores frente à intollerância e o juízo presuntivo da infabilidade do juízo final.

Mas ao fundo de tal paisagem existe uma força superior que esculpe ou apaga os sinais de batalha: ela não é fluida e nem servil ao poder arbitrário, como são fluidos e servis muitos tipos penais; ela é densa e calorosa, envolvente e perene porque compõe a alma e o corpo do advogado esse gladiador de pequenas e grandes arenas, passageiro intemorato pelas viagens do bem e do mal, do justo e do injusto; habitante de todos os sítios; adorador de todos os credos: sensível a todas as filosofias; amante dos bons e dos maus; herói e vilão; coerente e contraditório; exemplo de homem e modelo de santo. Esta força universal e transcendente é o anelo que não devemos romper, mas reforçar principalmente porque ela também existe, em todas as medidas, nos homens que integram um povo e modelam a História de um País, de uma Civilização.

Em nome desta força, os advogados do Paraná proclamam, alto e bom som, que nenhuma falta cometeu Luiz Fernando Maria Sobrinho, advogado, homem do povo: que vive e sofre sem a proteção do poder.

Assim como nós, que aqui estamos".

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA N.º 573/80

designar, FLORAIZA PAGLIUZO ALVAREZ, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1980.

(Protoc. n.º 7162)

PORTARIA N.º 574/80

conceder à funcionária NEUSA OLÍVIA MELARA, matrícula n.º 344, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1979, a partir de 26 de agosto de 1980.

(Protoc. n.º 7551)

PORTARIA N.º 575/80

conceder a REGINA IONE FRANÇA, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Leônidas Chaves, sessenta (60) dias de férias, referentes aos exercícios de 1978 e 1979, a partir de 03 de setembro de 1980.

(Protoc. n.º 7271)

PORTARIA N.º 576/80

transferir para 15 de setembro a 14 de outubro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 087/80, ao funcionário JOÃO MARIA SERPA, matrícula n.º 070, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 6665)

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1980.

a) LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

Diretor Geral

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 351/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5547, de 26 de junho de 1980, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, HERÁCLITO MACHADO SANDANO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação corres-

pondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete do Deputado Antônio Facci, no período compreendido entre 1.º de julho a 31 de dezembro de 1980.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22/08/80.

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA

2.º Secretário